

1

COLEÇÃO DE
DOCUMENTOS TÉCNICOS
DO MODELO PEDAGÓGICO
SENAC

Concepções e Princípios

Rio de Janeiro, 2015

1

COLEÇÃO DE
DOCUMENTOS TÉCNICOS
DO MODELO PEDAGÓGICO
SENAC

Concepções e Princípios

Coleção de Documentos Técnicos do Modelo Pedagógico Senac
Concepções e Princípios
Senac – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

Presidente

Antonio Oliveira Santos

Departamento Nacional

Diretor-geral

Sidney Cunha

Diretoria de Educação Profissional

Anna Beatriz Waehneltd

Diretoria de Integração com o Mercado

Jacinto Corrêa

Diretoria de Operações Compartilhadas

José Carlos Cirilo da Silva

Coordenação de conteúdo

Gerência de Desenvolvimento Educacional

Coordenação editorial

Gerência de Marketing e Comunicação/Diretoria de Integração com o Mercado

Senac – Departamento Nacional

Av. Ayrton Senna, 5.555 – Barra da Tijuca

Rio de Janeiro – RJ – Brasil

CEP 22775-004

www.senac.br

Distribuição gratuita

Dados de Catalogação na Publicação

SENAC. DN. **Concepções e princípios**. Rio de Janeiro, 2015. 34 p. (Coleção de Documentos Técnicos do Modelo Pedagógico Senac, 1). Inclui bibliografia.

SENAC; EDUCAÇÃO PROFISSIONAL; MODELO PEDAGÓGICO SENAC; PLANEJAMENTO EDUCACIONAL; CONCEPÇÕES E PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS.

Ficha elaborada de acordo com as normas do
SICS – Sistema de Informação e Conhecimento do Senac

SUMÁRIO

Apresentação	5
Introdução	7
1 Princípios Educacionais	9
1.1. Concepção Filosófica	9
1.2. Concepção Pedagógica	11
2 Marcas Formativas Senac	15
2.1 Marcas Formativas da Aprendizagem	16
3 Modelos Curriculares	19
3.1. Cursos Técnicos, Qualificações Profissionais e Aprendizagens	19
3.2. Desenhos Curriculares	22
4 Apontamentos sobre o Modelo Pedagógico Senac	29
Referências	31



Apresentação

Fator de desenvolvimento humano e inclusão social, cultural e produtiva, a educação profissional, neste século, transcende a finalidade de estrita preparação de mão de obra e consolida o seu papel na formação para o trabalho em seus aspectos mais amplos, fixados nos pressupostos da democracia, igualdade de direitos e dignidade humana. Para que possa ser efetiva, portanto, deve contribuir para o desenvolvimento do potencial dos sujeitos, não apenas do ponto de vista profissional, mas, também, como cidadãos, de forma a trazer impacto positivo em suas vidas, na comunidade em que vivem e para a sociedade como um todo.

Atento a esse quadro, o Departamento Nacional do Senac iniciou, em 2013, uma importante ação de alinhamento pedagógico, no sentido de reforçar a unidade institucional, com vistas a promover o incremento da qualidade da oferta educacional, dando origem ao Modelo Pedagógico Senac.

Entende-se modelo pedagógico como conjunto coerente de referências que orientam a concepção da proposta pedagógica, nas quais assentam o trabalho do educador e a relação empreendida no processo de ensino e aprendizagem. A designação Modelo Pedagógico, no entendimento do Senac, representa um conjunto de concepções orientadoras das práticas pedagógicas realizadas nos ambientes de aprendizagem da Instituição.

A organização de cursos em estruturas curriculares, cuja competência é a própria Unidade Curricular; a prática pedagógica que pressupõe o aluno como protagonista da cena educativa; a adoção de Projetos Integradores como estratégia para a articulação de competências e o desenvolvimento de Planos de Cursos de abrangência nacional são alguns aspectos de destaque do Modelo Pedagógico Senac.

Além dos ganhos específicos para o público atendido e para a imagem institucional, a unificação pedagógica proposta pelo Modelo apresenta um conjunto de aspectos relevantes: I) permite a convergência dos Departamentos Regionais na melhoria contínua da qualidade do atendimento; II) otimiza recursos, reduzindo os custos para elaboração, produção e desenvolvimento dos cursos com validade nacional; III) torna mais viável a criação, oferta, avaliação e melhoria contínua de portfólios, organizados por itinerários formativos, com perfis profissionais de conclusão definidos

com base nas demandas do mercado de trabalho; e IV) oferece flexibilidade na oferta e agilidade operacional no processo de transferência de alunos. Essas vantagens constituem a base da implantação de um padrão de qualidade para a oferta de educação profissional do Senac em todo território nacional.

Um modelo pedagógico estrutura, assim, a orientação que expressa as condições sob as quais operam os sujeitos envolvidos no ato educativo e organiza, ainda, a formação continuada dos profissionais que por ele trabalham, já que o próprio modelo apresenta uma perspectiva para a formação profissional. Traz, portanto, subjacente às referências para a prática pedagógica desenvolvida pelos diferentes atores, os referenciais que servem igualmente para refletir sobre essa prática, promover seu desenvolvimento constante e sua avaliação.

Longe de representar uma normativa de dimensão estática e finalística, o Modelo comporta em si as possibilidades para seu próprio aperfeiçoamento, ajuste e adaptação, a partir da interação dos diferentes atores com os pressupostos estruturantes do Modelo. Esse caráter de construção e aprimoramento constantes pressupõe o estabelecimento de duas importantes rotinas, que são: I) a necessidade de uma permanente avaliação crítica sobre a abrangência, eficácia e pertinência do Modelo; e II) a alimentação dos canais de diálogo e prática de uma escuta ativa daqueles que, nos Departamentos Regionais do Senac em todo o Brasil, tornam vivos, a partir da prática, os pressupostos do Modelo e, por essa mesma via, o enriquecem diariamente.

Com a finalidade de publicitar as macrodiretrizes organizadoras dessa política institucional, orientar e subsidiar a prática dos agentes que executam a atividade fim do Senac, os aspectos mais relevantes do Modelo Pedagógico Senac foram reunidos em uma *Coleção de Documentos Técnicos*. Apresentamos, portanto, neste primeiro documento, as concepções e os princípios que orientam o Modelo. Nos outros quatro volumes são apresentados, respectivamente, a definição que o Senac adota para competência; o planejamento docente na perspectiva do desenvolvimento de competência; o projeto integrador como estratégia pedagógica de articulação das competências do perfil profissional; e a avaliação da aprendizagem sob os aspectos processual e contínuo.

Em cada Documento Técnico, insere-se o propósito essencial de alcançar uma fina sintonia entre Departamento Nacional e Departamentos Regionais, em torno da missão do Senac, da visão de futuro da Instituição e, sobretudo, da premente necessidade de ofertar à sociedade brasileira uma educação profissional de qualidade, transformadora e atual, prerrogativa máxima do Modelo Pedagógico Senac.

Introdução

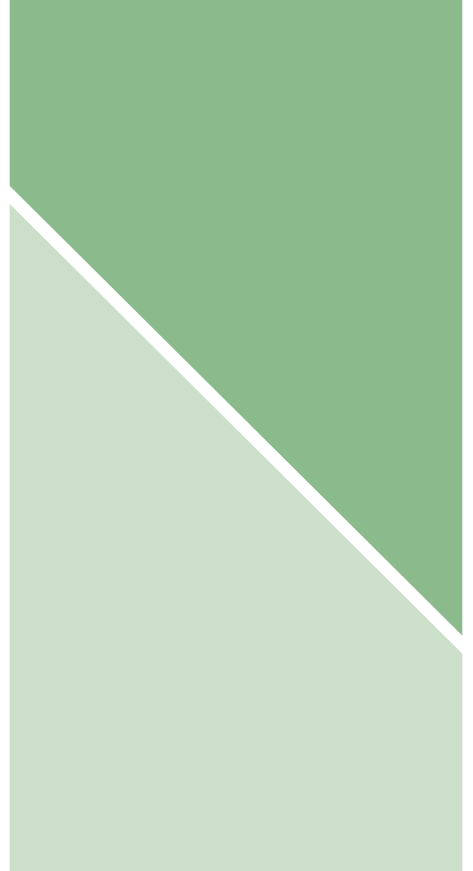
O modelo pedagógico traz uma estrutura calcada em concepções epistemológicas em consonância com uma ou mais teorias educacionais que representam o eixo norteador da aprendizagem. Em especial, pressupõe uma forma de estrutura curricular comum a partir da qual se alinham as práticas educativas a serem desenvolvidas. Sua natureza, nesse sentido, remete às teorias da aprendizagem e do desenvolvimento e, por consequência, reflete os pressupostos da avaliação educacional que lhe são próprios, ou seja, apresenta as finalidades, os objetivos, meios e resultados de aprendizagem que se pretende atingir.

Estão presentes no discurso do Modelo Pedagógico Senac perspectivas da Filosofia da Educação, da Sociologia do Trabalho, da Administração, da Pedagogia e da Psicologia sem que, necessariamente, o modelo seja traduzido por uma ou outra dessas áreas do conhecimento. É na interseção entre esses saberes que se consolida a perspectiva epistemológica do Modelo Pedagógico Senac e, conseqüentemente, constrói-se o fazer cotidiano para o desenvolvimento da competência.

Formalmente, o Modelo Pedagógico Senac se estrutura tendo como pilares a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional, as Diretrizes da Educação Profissional do Senac, as demais legislações pertinentes e as concepções sobre ensino e aprendizagem na educação profissional, disponíveis na literatura especializada em âmbito nacional e internacional.

Essas fontes, aliadas às práticas desenvolvidas nos Departamentos Regionais e a um amplo e permanente processo de debate com os atores institucionais sobre a definição de conceitos estruturantes do modelo, deram origem às orientações e aos princípios educacionais que regem o Modelo Pedagógico Senac, reunidos neste primeiro documento técnico e debatidos a seguir.

No capítulo 1, são apresentados os princípios educacionais e as concepções filosófica e pedagógica que regem esses princípios. Em seguida, no capítulo 2, as Marcas Formativas Senac são discutidas na perspectiva de características esperadas pelos egressos dos cursos ofertados na Instituição. No capítulo 3, apresentam-se os modelos e desenhos curriculares dos cursos Técnicos, Qualificações Profissionais e Aprendizagens. Por fim, no último capítulo, debatem-se alguns apontamentos sobre a aplicação do Modelo Pedagógico Senac no fazer cotidiano.



1 Princípios Educativos

Os princípios educacionais do Modelo Pedagógico Senac, organizados nas concepções filosófica e pedagógica, explicitam o entendimento da Instituição sobre aspectos centrais à prática pedagógica. Articulado à missão institucional de educar para o trabalho, esse conjunto de referências visa orientar os envolvidos na formação educacional promovida pelo Senac.

1.1 Concepção Filosófica

As concepções filosóficas de Ser Humano, Mundo, Trabalho e Educação que alicerçam a proposta do Modelo Pedagógico Senac traduzem o sentido que a Instituição atribui ao fazer educativo, na perspectiva da formação humana e do trabalho.

Ser Humano

Entende-se como ser situado historicamente no mundo e constituído a partir de aspectos naturais, sociais, políticos, culturais e econômicos. Ao buscar soluções para os problemas relacionados à manutenção da vida, o ser humano adquire e desenvolve novos conhecimentos, ampliando sua interação com os outros e com o ambiente em que vive. Diante dessa capacidade de transformar a natureza e de produzir conhecimento, o ser humano tem pleno potencial para desenvolver o raciocínio crítico e exercer sua autonomia, atuando de forma responsável no mundo.

Mundo

Na qualidade de construção humana, pode ser compreendido como conjunto de domínios que constituem a realidade, o que abarca aspectos geográficos, econômicos, políticos, sociais e culturais. A atividade transformadora sobre o meio em que vive interfere diretamente na forma como o ser humano lida com o outro e com seu entorno.

Devido ao rápido desenvolvimento científico e ao processo de globalização, o mundo atual é regido pelo uso de tecnologias que alteram os padrões locais de consumo e produção. Esse modelo de organização econômica convive com a necessidade de promover o desenvolvimento

sustentável e a diversidade, o que exige dos indivíduos e das instituições novas formas de lidar como o meio ambiente e com as demandas da sociedade.

Trabalho

Entende-se trabalho em dupla perspectiva: ontológica e econômica. Pela perspectiva ontológica, o ser humano produz e se apropria de sua realidade, é sujeito da transformação de seu mundo. Na relação com a natureza e com o meio social, produz conhecimentos e técnicas que ampliam suas capacidades e potencialidades de atuação no meio em que vive.

Já na perspectiva econômica, o trabalho é uma atividade por meio da qual o homem modifica a matéria fornecida pela natureza, com vistas à satisfação de suas necessidades. Na estrutura social e econômica vigente, os avanços tecnológicos interferem nos fatores de produção e modificam, de forma acelerada, a distribuição e a qualificação da força de trabalho. Nesse contexto, o trabalho produz não somente a mercadoria, mas produz o próprio trabalho e o trabalhador.

Educação

Compreendida como direito, a educação é o processo que tem por objetivo a formação integral do ser humano e a promoção de suas potencialidades. Visa ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, art. 205). Trata-se de um processo continuado, permanente, de caráter intencional e político, que envolve diferentes indivíduos, ambientes, recursos e instituições.

Ao fomentar a participação, discussão e análise crítica, a educação proporciona condições para o aluno aprender a aprender; aprender a fazer; aprender a conviver e aprender a ser, valorizando a busca de alternativas e soluções para problemas concretos. Nesse sentido, permite ao estudante lidar com situações relacionadas às esferas pessoal, social e profissional, preparando-o para acompanhar e responder aos desafios da sociedade contemporânea.

1.2 Concepção Pedagógica

Derivados dos princípios filosóficos, os princípios pedagógicos – Escola, Currículo, Metodologia, Aluno, Docente e Avaliação – orientam a prática educativa do Senac. Expressam os valores da Instituição e subsidiam as escolhas metodológicas e ações de todos na Instituição.

Escola

Lugar institucionalizado, no qual se desenvolvem práticas que visam promover o acesso ao conhecimento e o desenvolvimento de competências, a escola deve incorporar múltiplas formas de aprender, ser, fazer e conviver, utilizando diferentes espaços, oportunidades de aprendizagem, recursos e modalidades. Para atender às exigências de um mundo em constante transformação, deve também estar em articulação permanente com o desenvolvimento social e cultural da região à qual pertence, de modo a contextualizar a formação do aluno e sua relação com a comunidade. Como espaço político e democrático, prevê o atendimento à diversidade de seu público, o reconhecimento do potencial e a autonomia de cada indivíduo. Sob a perspectiva do Modelo Pedagógico Senac, caracteriza-se, nesse sentido, por ter um forte vínculo com o trabalho e as empresas pedagógicas

Currículo

A construção dos currículos educacionais provém de uma concepção de educação que reflete diferentes compromissos e posições teóricas, os quais envolvem temas relativos aos saberes, aos procedimentos pedagógicos, às relações sociais, aos valores que a educação desenvolve e às identidades dos estudantes. Constitui-se de um documento dinâmico, cultural e historicamente produzido.

Para o Senac, o currículo está comprometido com a formação dos Perfis Profissionais, que se definem em função das demandas sociais, do mundo do trabalho, das peculiaridades locais e regionais. Apresenta-se, assim, como conjunto integrado e articulado de competências, indicadores e elementos. O currículo, nesse sentido, sistematiza os principais conhecimentos, habilidades, atitudes e valores requeridos pelas ocupa-

ções a serem formadas, constituindo-se como base para o planejamento, a execução e a avaliação de situações de aprendizagem significativas e orientadas para o desenvolvimento de competências. De caráter aberto e flexível, torna possível manter o perfil profissional de conclusão sempre atualizado e em consonância com o mundo produtivo.

Em cursos que se complementam ou que se inter-relacionam, o currículo viabiliza a construção de uma trajetória profissional orientada por itinerários formativos. Nessa perspectiva ampliada, o currículo privilegia a educação continuada conforme os níveis de escolaridade e contribui para o desenvolvimento dos profissionais em uma realidade de permanente mudança. Além da formação voltada para a atuação profissional, o currículo tem o compromisso de promover a emancipação, autonomia e transformação do aluno no decorrer do processo formativo. Cabe à equipe pedagógica mobilizar os componentes do currículo de modo a atender às distintas necessidades dos alunos e articular aos saberes e vivências prévias dos grupos em questão.

Metodologia¹

A concepção de metodologia rompe com a tradicional divisão entre teoria e prática e privilegia o desenvolvimento de competências por meio de práticas pedagógicas ativas, inovadoras, integradoras e colaborativas, centradas no protagonismo do aluno. O núcleo da proposta metodológica organiza-se a partir do conceito de ação-reflexão-ação, no qual se aprende fazendo e analisando o próprio fazer. Além do vínculo com o mundo do trabalho, a proposta metodológica do curso se articula com o repertório social do aluno, uma vez que essas relações possibilitam explorar o potencial educativo das experiências anteriores com o contexto da ocupação.

A pesquisa, também um importante aspecto metodológico, deve promover o desenvolvimento da atitude científica e fomentar a prática do estudo independente, mobilizando a capacidade de análise crítica, reflexão, investigação e proposição de soluções e alternativas. As estratégias de aprendizagem a serem utilizadas precisam, nesse sentido, considerar as singularidades de cada turma e as particularidades de cada aluno, para assim promover a inclusão, de forma que os alunos percebam as contribuições da diversidade para o enfrentamento e a solução de problemas.

¹ A orientação de prática pedagógica para o desenvolvimento de competências encontra-se no Documento Técnico Planejamento Docente, integrante da *Coleção de Documentos Técnicos do Modelo Pedagógico Senac*.

Por fim, coerentemente com as concepções de educação e escola, a concepção de metodologia prevê o uso de ambientes de aprendizagem e recursos variados, para possibilitar aos alunos experimentar diferentes formas de construir o conhecimento, desenvolver habilidades e se relacionar com os docentes e demais estudantes. Podem ser realizadas atividades em laboratório, pesquisas em bibliotecas, atividades práticas monitoradas, visitas técnicas a empresas e organizações, além do uso de diferentes tecnologias e recursos de aprendizagem.

Aluno

O estudante ocupa lugar central no processo de ensino e aprendizagem. Constitui-se como sujeito – com valores, crenças, atitudes e conhecimentos prévios – ativo e autônomo na construção de seu próprio conhecimento. Nesse sentido, interage com docente, colegas e objetos pedagógicos para desenvolvimento pessoal, social e profissional e assume posição reflexiva, crítica, responsável e atuante em relação ao seu processo de aprendizagem. Assim, ao planejar atividades e situações que mobilizem o repertório de valores, crenças, atitudes e conhecimentos dos alunos, o docente deve valorizar o protagonismo discente e colocá-lo como figura central.

Docente

Em sintonia com a concepção de currículo, o docente é responsável por planejar, desenvolver e executar estratégias pedagógicas que promovam a aprendizagem significativa. Consciente de seu papel profissional, deve se comprometer com a formação humana integral, utilizando diferentes ambientes e criando situações de aprendizagem favoráveis à ação dos alunos. Para tanto, deve articular as competências em desenvolvimento com as experiências de vida dos estudantes e incentivá-los a buscar soluções criativas para os problemas, com base no conhecimento humano acumulado.

O docente deve refletir sobre seu próprio trabalho e transformá-lo à medida que desenvolve suas próprias competências, renovando sua prática pedagógica à luz da reflexão sobre a sua ação didática. Sua formação deve estar centrada no desenvolvimento das competências docentes fundamentais: planejar, mediar e avaliar situações de aprendizagem sig-

nificativas. Portanto, seu papel não é ensinar ou transmitir o que sabe, mas ajudar o aluno a aprender por si mesmo, por meio de situações de aprendizagem que promovam a autonomia.

Avaliação²

O processo avaliativo permeia todo o ato educativo e tem por objetivo principal orientar docentes e discentes no processo de ensino e aprendizagem para o desenvolvimento de competência. Para tanto, a avaliação deve ter caráter processual e contínuo, exercer as funções diagnóstica, formativa e somativa, nas quais prevalecem os aspectos qualitativos sobre os quantitativos. A avaliação, na perspectiva do Modelo, é parte integrante das situações de aprendizagem. Prevê o uso de diferentes tipos de procedimentos e instrumentos, enriquecendo assim as possibilidades de registro e acompanhamento do desempenho. Para tanto, deve privilegiar o respeito às diferenças, o ritmo de aprendizagem de cada aluno e as prerrogativas da inclusão educacional.

² A orientação pedagógica para a prática avaliativa encontra-se no Documento Técnico Avaliação da Aprendizagem, integrante da *Coleção de Documentos Técnicos do Modelo Pedagógico Senac*.

2 Marcas Formativas Senac

As Marcas Formativas são características a serem evidenciadas nos alunos, ao longo do processo formativo. Derivam dos Princípios Educacionais e valores institucionais que regem o Modelo Pedagógico Senac e, por essa via, representam o compromisso da Instituição com a formação integral do profissional cidadão. Como Marcas Formativas, espera-se que o profissional formado pelo Senac evidencie domínio técnico-científico em seu campo profissional, tenha visão crítica sobre a realidade e as ações que realiza e apresente atitudes empreendedoras, sustentáveis e colaborativas, atuando com foco em resultados³.

São essas marcas que devem identificar e diferenciar no mundo do trabalho os profissionais egressos do Senac. Devem, portanto, ser internalizadas na prática pedagógica, de forma subjacente a todas as ações de ensino e aprendizagem para o desenvolvimento de competências, de tal forma que os alunos as incorporem à sua atuação profissional.

Domínio técnico-científico

Refere-se à articulação dos elementos de competência (conhecimentos, habilidades, atitudes e valores) para o exercício do fazer profissional. Compreende a visão sistêmica e o comportamento investigativo. A evidência dessa marca sinaliza a realização pelo aluno dos fazeres profissionais descritos na competência, com desenvoltura e foco em soluções, selecionando técnicas e instrumentos adequados ao contexto de cada ocupação e propondo os melhores meios para a resolução de problemas.

Visão crítica

Envolve a análise dos fundamentos e razões das ações organizacionais, de forma a investigar suas causas e relações, para além dos comportamentos previstos e procedimentos-padrão. O profissional formado pelo Senac compreende e problematiza o contexto no qual se insere, é capaz de transformar suas ações, com base na reflexão e, da mesma forma, modificar ou propor modificações para a realidade em que vive. É, acima de tudo, um indagador, questionador de fórmulas prontas, capaz de propor soluções que visem à melhoria dos processos produtivos e da comunidade.

³ O foco em resultados, apesar de não ser uma Marca Formativa propriamente dita, qualifica todas as Marcas, ao evidenciar nos alunos a capacidade de organizar e planejar ações, bem como sistematizar processos e formas de mensuração dos resultados a serem atingidos.

Atitude empreendedora

Corresponde à observação e análise permanente do campo de atuação profissional, com vistas a tomar a iniciativa de implementar novos negócios ou mudanças em instituições, na perspectiva de fazer diferente, usar novos recursos, criar, realizar e exercitar as suas capacidades humanas. Essa Marca Formativa relaciona-se, portanto, à iniciativa, criatividade, inovação, autonomia e dinamismo, demonstrados nas mais diversas situações de trabalho.

Atitude sustentável


Essa marca compreende a evidência, nos alunos, dos princípios da sustentabilidade – desenvolvimento social, econômico e ambiental – traduzidos em práticas de uso racional dos recursos organizacionais disponíveis. Refere-se, nesse sentido, à consciência de que os recursos disponíveis – naturais e organizacionais – são limitados, o que significa que seu uso deve ser racional e voltado à qualidade de vida pessoal e coletiva, centrado no balanceamento da preservação ambiental com o desenvolvimento social e econômico. Essa marca também se relaciona ao respeito às expressões da diversidade humana, à ética e à cidadania.

Atitude colaborativa

Refere-se à postura pessoal que se espera no trabalho, a qual envolve o estabelecimento de relações construtivas, baseadas na colaboração, no compartilhamento de informações e na comunicação de forma clara, objetiva e assertiva. Essa marca evidencia nos alunos, portanto, o trabalho em equipe, a necessidade de se efetivar relações interpessoais construtivas e a assertividade na comunicação.

2.1 Marcas Formativas da Aprendizagem

Além das Marcas Formativas já citadas, ao Jovem Aprendiz do Senac somam-se marcas específicas que buscam evidenciar o protagonismo juvenil, social e econômico e as atitudes saudáveis, expressas em itens legais que explicitam uma necessária abordagem nas ações de formação



dos Programas de Aprendizagem Profissional Comercial. Os itens a seguir sintetizam os conteúdos de formação humana e científica previstos em legislação específica⁴, são eles:

Protagonismo juvenil, social e econômico

O protagonismo juvenil centra-se no desenvolvimento de práticas pedagógicas organizadas sob a premissa da participação construtiva dos jovens, de maneira a envolvê-los em questões da própria adolescência e juventude e com as questões sociais do mundo. Visa estimular a participação social dos jovens e assim contribuir não apenas com o seu desenvolvimento pessoal, mas também das comunidades em que estão inseridos. Essa marca evidencia, portanto, jovens profissionais mais autônomos e comprometidos socialmente.

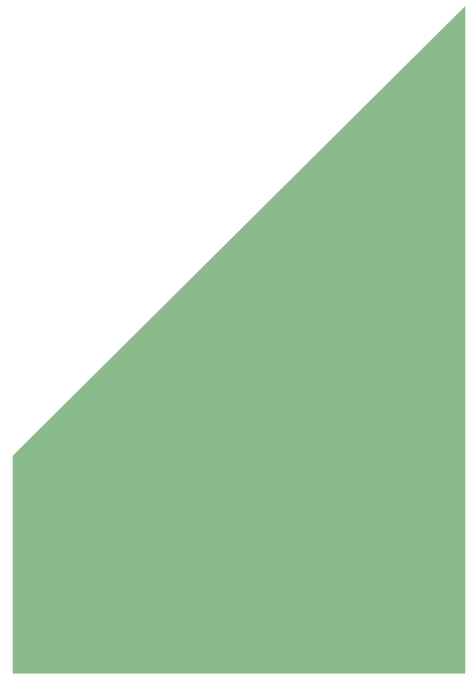
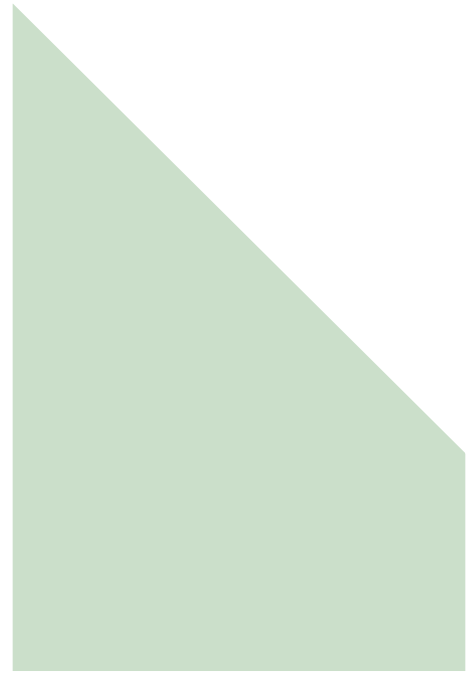
São conteúdos da Marca Formativa protagonismo juvenil, social e econômico: diversidade cultural brasileira; noções de direitos trabalhistas e previdenciários, de saúde e segurança no trabalho e do Estatuto da Criança e do Adolescente; direitos humanos, com enfoque no respeito a orientação sexual, raça, etnia, idade, credo religioso e opinião política; educação fiscal para o exercício da cidadania; formas alternativas de geração de trabalho e renda com enfoque na juventude; educação financeira e para o consumo; informações sobre o mercado e o mundo do trabalho; e políticas de segurança pública voltadas para adolescentes e jovens.

Atitude saudável

A adolescência e a juventude são períodos importantes da formação humana. Nesse sentido, essa marca visa evidenciar hábitos e posturas de vida voltados à saúde mental, biopsíquica e social no trabalho.

São conteúdos da Marca Formativa atitude saudável: noções de direitos de saúde e segurança no trabalho; prevenção ao uso de álcool, tabaco e outras drogas; educação para a saúde sexual reprodutiva, com enfoque nos direitos sexuais e nos direitos reprodutivos e relações de gênero.

⁴ Inciso III do Art. 10 da Portaria MTE 723/2012 (BRASIL, 2012).



3 Modelos Curriculares

A competência, na perspectiva do Modelo Pedagógico Senac, é definida como ação/fazer profissional observável, potencialmente criativa(o), que articula conhecimentos, habilidades, atitudes/valores e permite desenvolvimento contínuo⁵.

Nesse sentido definido pela Instituição, a competência passa a ser a própria Unidade Curricular, elemento estruturante dos modelos curriculares nos cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, Qualificação Profissional e Aprendizagem Profissional Comercial.

Modelos curriculares estruturados a partir de competências apresentam uma forma de conceber e orientar a prática pedagógica na educação profissional, baseados na possibilidade de articulação dos fazeres profissionais expressos nos Perfis Profissionais de Conclusão e na evidência de Marcas formativas. Em grande medida, constituem-se como proposta que traz uma quebra de paradigma em relação ao ensino tradicional – que é baseado na organização disciplinar dos conteúdos – e uma alternativa para a superação da fragmentação no ensino, muito comum em cursos organizados de forma disciplinar.

3.1 Cursos Técnicos, Qualificações Profissionais e Aprendizagens

Os desenhos curriculares desses cursos apresentam dois tipos de Unidades Curriculares, que são: I) as Unidades Curriculares que desenvolvem competências e II) as Unidades Curriculares de Natureza Diferenciada, que visam à articulação das competências do curso – Projeto Integrador, Estágio Profissional Supervisionado, Prática Profissional Supervisionada, Prática Profissional da Aprendizagem e a Prática Integrada das Competências (esta última, apenas para os Cursos Técnicos do segmento de Saúde e Beleza).

Unidades Curriculares que desenvolvem competências

Desdobram-se, didaticamente, em indicadores e elementos de competência, o que facilita a organização e o planejamento das situações de aprendizagem.

⁵ A definição de competência é apresentada em detalhe no Documento Técnico Competência, integrante da *Coleção de Documentos Técnicos do Modelo Pedagógico Senac*.

Os indicadores são parâmetros que subsidiam o acompanhamento e a avaliação do processo de aprendizagem do aluno. Trata-se de um padrão de desempenho que tem como função especificar a aprendizagem esperada no decorrer de cada Unidade Curricular e evidenciar o desenvolvimento da competência. Esse referencial indica se o aluno está desenvolvendo a competência, de modo que permite ao docente analisar a prática profissional dos alunos em situações de aprendizagem.

Os elementos de competência são os recursos curriculares mobilizados de forma articulada para o desenvolvimento da competência. Compreendem os conhecimentos, as habilidades, as atitudes e os valores. Todos os elementos são importantes para o desenvolvimento de uma competência e, em alguns casos, existe a possibilidade de o mesmo elemento estar presente em diferentes Unidades Curriculares do curso. Isso ocorre porque um ou mais elementos podem ser necessários para o desenvolvimento de competências distintas, sendo mobilizados em diferentes situações de trabalho. Essa é uma característica marcante da quebra de paradigma que o modelo apregoa em relação à educação tradicional, uma vez que os elementos deixam de ser tratados em conjuntos temáticos, o que o vincularia a uma dada Unidade Curricular, e passam a ser subsídios da prática docente para o desenvolvimento das competências do Perfil Profissional de Conclusão de Curso.

Unidades Curriculares de Natureza Diferenciada

Nessas Unidades Curriculares não são desenvolvidas uma competência específica, e sim realizadas estratégias pedagógicas que visam à articulação ou vivência das competências do Perfil Profissional de Conclusão do Curso. São elas:

- **Projeto Integrador:** obrigatório para os cursos de Aprendizagem Profissional Comercial; Qualificação Profissional; e de Habilitação e Qualificação Profissional Técnica de Nível Médio. Promove a articulação das competências e dá suporte às Marcas Formativas, constituindo-se como fio condutor do curso. Parte de um tema gerador e seus desdobramentos incluem problemáticas e desafios que serão respondidos pelos alunos. Deve ser desenvolvido simultaneamente à execução das demais Unidades Curriculares, com o envolvimento e comprometimento de todos os docentes e alunos.

- **Estágio Profissional Supervisionado⁶:** realizado e supervisionado em empresas e coordenado e orientado pela instituição de ensino, tem por finalidade propiciar condições para a integração dos alunos no mundo do trabalho, assegurando vivências profissionais em ambiente real. Enquanto atividade realizada sob a responsabilidade e coordenação da instituição de ensino, somente o Estágio Profissional Supervisionado previsto em lei será obrigatório e incluído na organização curricular dos Planos de Cursos Nacionais. Os Departamentos Regionais podem optar por oferecer Estágio em cursos nos quais não há exigência legal para sua realização. Nesse caso, essa Unidade Curricular de Natureza Diferenciada será acrescida na estrutura curricular da versão regional do Plano de Curso Nacional, mas não excederá 50% da carga horária total do Plano de Curso Nacional.
- **Prática Profissional Supervisionada:** tem por objetivo propiciar condições aos estudantes para que conheçam e vivenciem, em situação real de trabalho, atividades e práticas relacionadas à sua formação, de forma a favorecer a sua integração e inserção no mundo de trabalho. Consiste em atividades acompanhadas e orientadas pelos docentes e realizadas nas instalações do Senac, especialmente nas empresas pedagógicas, salas-ambiente ou laboratórios que reproduzem os setores ou instalações das organizações de prestação de serviços. Também pode ser desenvolvida em regime de parceria com outras escolas ou empresas que atuem no ramo de atividade diretamente relacionado ao curso. Mesmo quando a prática profissional é realizada no ambiente da empresa parceira, é considerada uma espécie de extensão da própria instituição educacional e não é considerada como similar ao estágio previsto em lei. Ao se considerar as diversidades regionais, decidiu-se pela não inclusão da Prática Profissional Supervisionada como Unidade Curricular obrigatória nos Planos de Cursos Nacionais, mas ela pode ser incluída na versão regional, dada a importância dessa vivência para a formação do aluno. Nesse caso, a sua carga horária será definida de acordo com a especificidade do curso e as possibilidades de oferta, como é o caso das unidades operativas que possuem empresas pedagógicas. No entanto, indica-se que a carga horária dessa Unidade Curricular não ultrapasse ao correspondente a 50% da carga horária total do Plano de Curso Nacional.

⁶ De acordo com a Lei nº 11.788/08, o “estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do aluno para a vida cidadã e para o trabalho” (BRASIL, 2008).

- **Prática Profissional da Aprendizagem⁷:** abrange a vivência na empresa sob a orientação do empregador.
- **Prática Integrada das Competências:** pela natureza dos Cursos Técnicos dos segmentos de Beleza e Saúde, foi inserida na organização de alguns cursos, com o objetivo de promover o exercício e aprimoramento das competências, por meio da prática das principais ações que caracterizam o profissional, possibilitando uma visão holística do paciente/cliente. Nesse sentido, os objetivos da Unidade Curricular de Natureza Diferenciada Prática Integrada são:
 - promover um espaço a mais de mobilização e articulação das competências do curso;
 - propiciar aos alunos ampla vivência do processo de trabalho, de forma a favorecer sua inserção no mundo do trabalho;
 - evitar que o aluno foque sua atenção apenas nos aspectos procedimentais da ocupação e;
 - atender às necessidades do paciente/cliente de forma integral.

3.2 Desenhos Curriculares

O Modelo Pedagógico Senac indica um desenho curricular para cada tipo de curso: Cursos Técnicos, Qualificação Profissional, Programas de Aprendizagem Profissional Comercial e demais cursos de Formação Inicial e Continuada.

Cursos Técnicos

Os desenhos curriculares dos Cursos Técnicos são estruturados a partir das competências do perfil do egresso, que se consolidam na organização curricular como Unidades Curriculares que desenvolvem competências. Une-se a elas, obrigatoriamente, a Unidade Curricular de Natureza Diferenciada Projeto Integrador, que perpassa todo o percurso de formação.

⁷ De acordo com a Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000, a prática profissional refere-se a atividades profissionais metodicamente organizadas em tarefas de complexidade progressiva e desenvolvidas no ambiente de trabalho (BRASIL, 2000). No entanto, a Portaria nº 1.005/2013 (Art. 11, § 1º) destaca que “a carga horária prática do curso poderá ser desenvolvida, total ou parcialmente, em condições laboratoriais, quando essenciais à especificidade da ocupação objeto do curso, ou quando o local de trabalho não oferecer condições de segurança e saúde ao aprendiz” (BRASIL, 2013).

As demais Unidades Curriculares de Natureza Diferenciada, Estágio e Prática Profissional são opcionais, definidas conforme as demandas legais e de mercado, para atender às necessidades específicas no desenho de cada curso.

Alguns Cursos Técnicos apresentam a possibilidade de certificações intermediárias em seu percurso curricular, que serão expressas por algumas das competências. Nesse caso, será obrigatório um Projeto Integrador para o conjunto de competências que equivale à certificação. A Figura 1 ilustra um hipotético desenho curricular de um Curso Técnico.

Figura 1 - Desenho curricular para um Curso Técnico



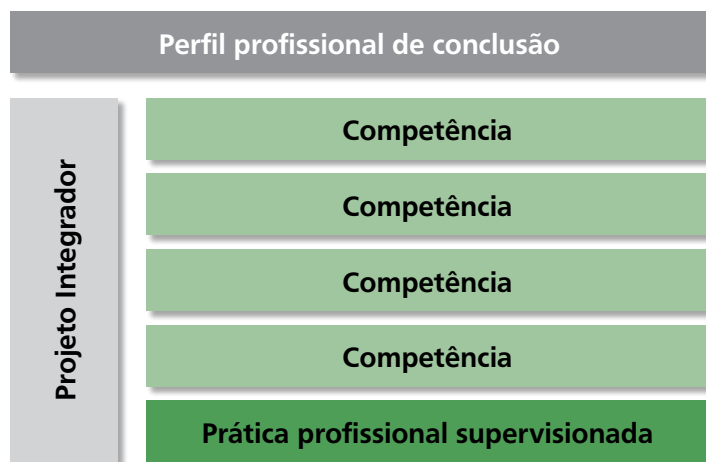
Qualificação Profissional

Semelhantes aos Cursos Técnicos, os de Qualificação Profissional também são estruturados a partir das competências do perfil do egresso, que se consolidam na organização curricular como Unidades Curriculares que desenvolvem competências. Une-se a elas, obrigatoriamente, a Unida-

de Curricular de Natureza Diferenciada Projeto Integrador, que perpassa todo o percurso de formação.

As demais Unidades Curriculares de Natureza Diferenciada, Estágio e Prática Profissional não são comuns nas Qualificações, contudo, são possíveis como opcionais, definidas conforme as demandas de mercado, para atender às necessidades específicas no desenho de casa curso. A Figura 2 representa o desenho curricular esquemático de um curso de qualificação profissional.

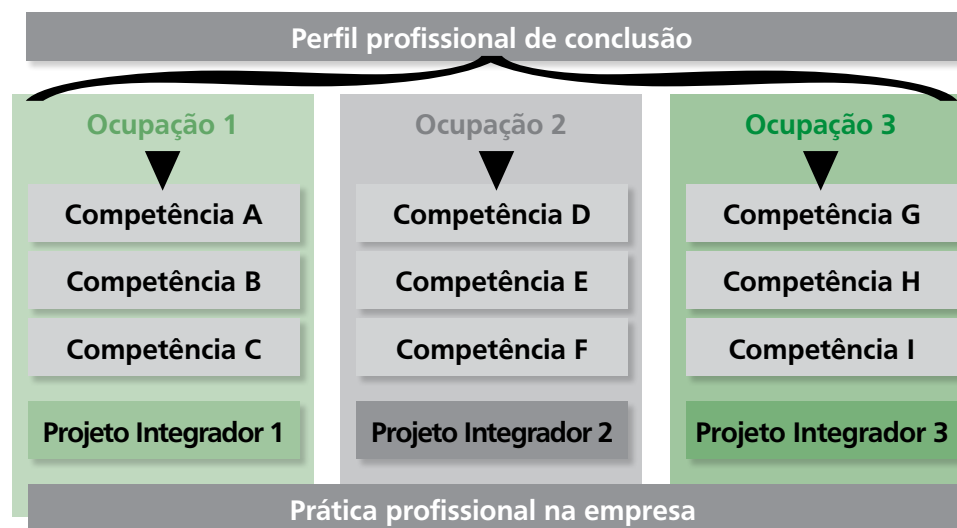
Figura 2 - Desenho curricular para um curso de Qualificação Profissional



Programas de Aprendizagem

Os Programas de Aprendizagem devem respeitar os títulos e a composição que constam no Catálogo Nacional da Aprendizagem (Conap). Ao levar isso em consideração, a Figura 3 apresenta o desenho curricular esquemático de um Programa de Aprendizagem.

Figura 3 - Desenho curricular para um Programa de Aprendizagem



O desenho curricular dos Programas de Aprendizagem Profissional Comercial difere em alguns aspectos dos anteriores. Em primeiro lugar, o perfil profissional de conclusão não se refere a uma ocupação, mas ao conjunto delas, conforme previsto no Catálogo Nacional de Aprendizagem.

O perfil profissional é definido para a atuação profissional em três ocupações do mesmo eixo tecnológico e segmento e a organização curricular está estruturada para cada uma das ocupações, de forma similar a um curso de Qualificação Profissional. Cada ocupação tem a organização curricular composta pelas Unidades Curriculares e seu respectivo Projeto Integrador.

Para a Aprendizagem está prevista a Unidade Curricular de Natureza Diferenciada Prática Profissional da Aprendizagem, que garante a prática na empresa, conforme determina a legislação vigente⁸.

Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC)

A formação inicial e continuada envolve, além dos cursos de Qualificação Profissional e Aprendizagem, os cursos de Aperfeiçoamento, os Programas Instrumentais, os Programas Socioprofissionais e os Programas So-

⁸ Lei da Aprendizagem, Lei nº 10.097, de 19/12/2000 (BRASIL, 2000).

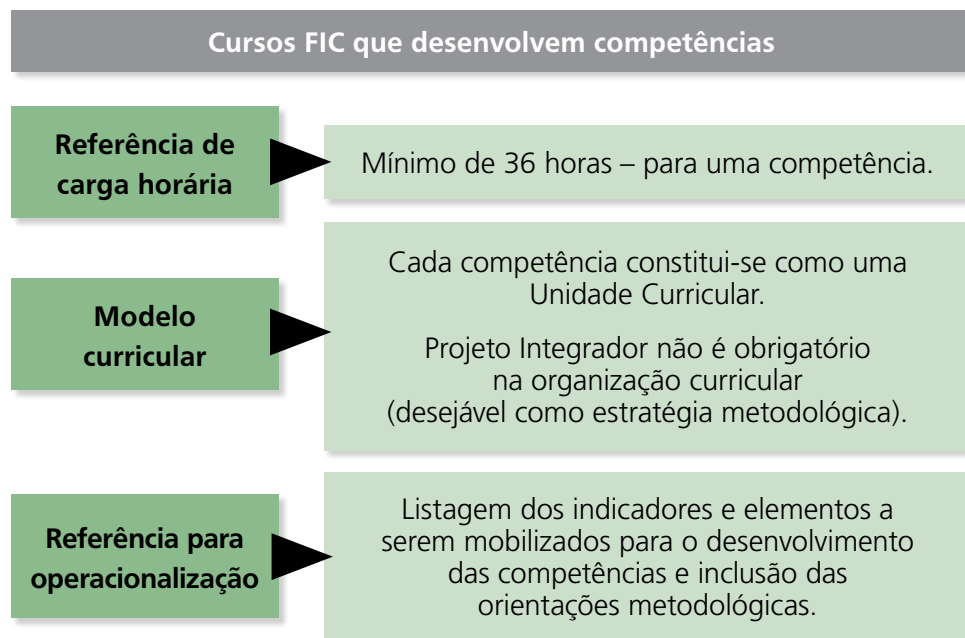
cioculturais. Esses cursos têm características diferenciadas e podem ou não se comprometer com o desenvolvimento de competências profissionais. São eles:

a. Cursos FIC que desenvolvem competências

Os cursos FIC que objetivam o desenvolvimento de uma ou mais competências apresentam organização similar aos cursos de Qualificação Profissional. Cada competência tem indicadores e elementos de competência detalhados.

A duração das Unidades Curriculares obedece aos mesmos limites que foram definidos para os demais tipos de cursos, com uma duração mínima de 36 horas. A diferença fundamental é que o Projeto Integrador não é obrigatório na estrutura curricular desse tipo de curso, porém, assim como nos demais, o Projeto Integrador é uma estratégia metodológica recomendada. A Figura 4 ilustra um desenho curricular de um curso FIC que desenvolve competências.

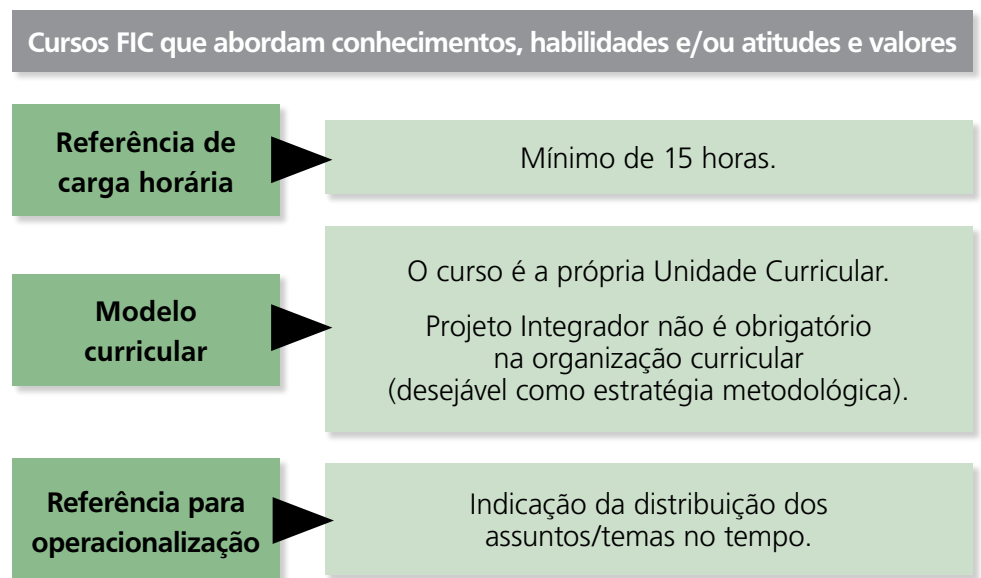
Figura 4 - Desenho curricular para um curso FIC que desenvolve competências

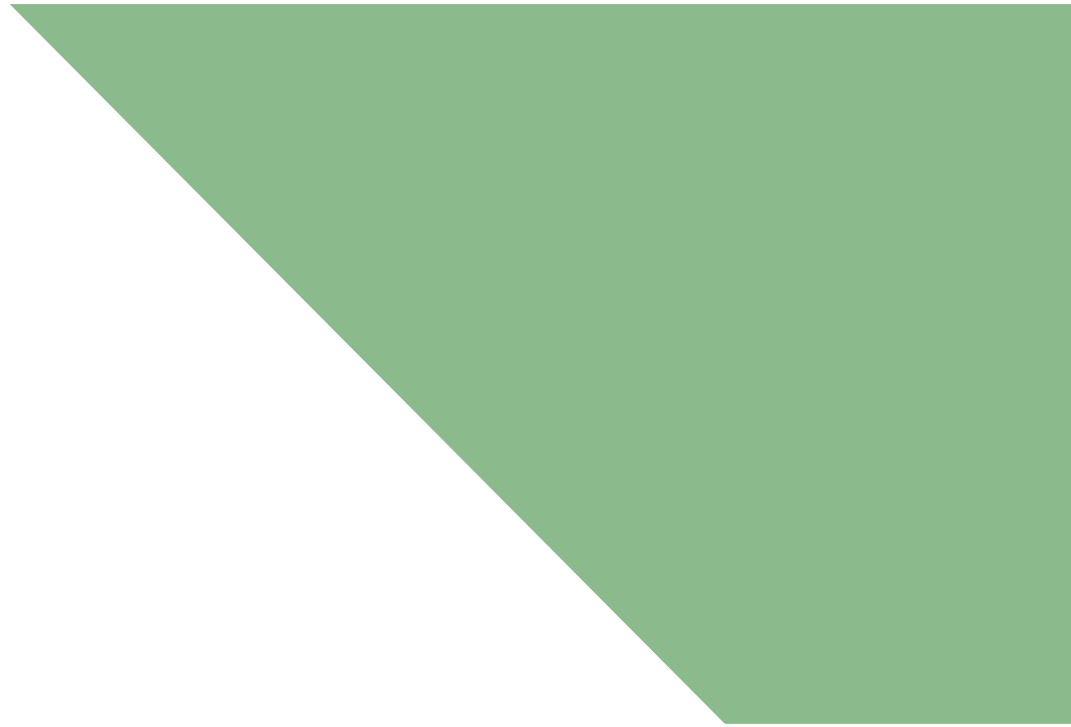
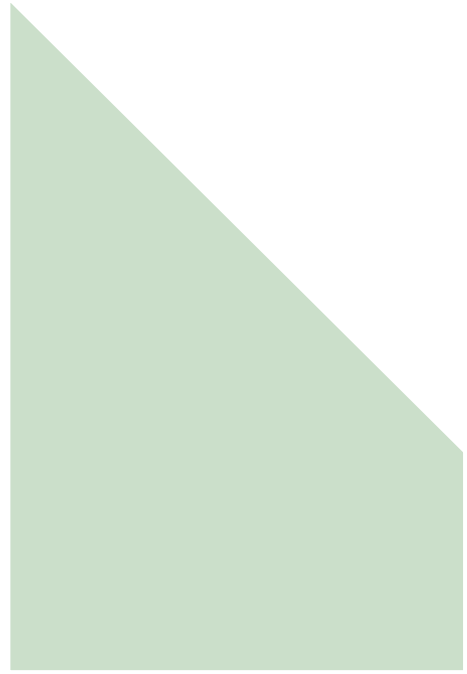


b. Cursos FIC que abordam conhecimentos, habilidades, e/ou atitudes e valores

Esse tipo de curso aborda determinados temas e se estrutura em torno de um ou mais elementos de competência. Pode abordar conhecimentos, tais como legislação ou normas, apresentar habilidades relativas a técnicas ou ao uso de equipamentos ou, ainda, tratar de atitudes e valores que aprimoram o desempenho profissional. Ainda que apresentem mais de um dos elementos, não se configura como competência profissional. Para esses cursos, é proposta uma organização composta de uma única Unidade Curricular, que corresponde ao próprio curso, como na Figura 5.

Figura 5 - Composição curricular para Cursos FIC que abordam conhecimentos, habilidades, e/ou atitudes e valores





4 Apontamentos sobre o Modelo Pedagógico Senac

As concepções e os princípios do Modelo Pedagógico Senac derivam dos fundamentos que pautam a própria cultura organizacional dos Departamentos Regionais, onde a elaboração da proposta foi objeto de diálogo entre os responsáveis pela formação profissional, que a discutiram, transformaram e aprimoraram. Essa troca produziu a ampliação gradativa e continuada de referências e boas práticas, o que possibilitou sistematizar ideias e alinhar o entendimento em escala nacional sobre os principais conceitos que permeiam as ideias de educação e trabalho no âmbito da Educação Profissional.

Os princípios educacionais aqui expostos sustentam e refletem o que os docentes do Senac, de algum modo, já realizavam com seus alunos. A principal contribuição do Modelo consiste em tornar mais objetiva e eficiente a prática pedagógica orientada para o desenvolvimento de competências, que se explicita na concepção e estruturação do modelo curricular, nos parâmetros para avaliação dos alunos e nas orientações para a prática pedagógica.

A característica de ter sido e continuar sendo uma construção coletiva é o que o Modelo Pedagógico Senac tem de mais inédito e importante. É um movimento colaborativo que aproveita, reúne e transforma o que há de melhor em cada Departamento Regional e em cada um de seus educadores para produzir a melhor educação profissional para todos os alunos da Instituição.

O Modelo Pedagógico Senac ganhará mais consistência e visibilidade na medida em que for se concretizando nos ambientes de aprendizagem. O trabalho e a pesquisa como princípios educativos darão oportunidade para a realização de ações e projetos que terão como resultados aprendizagem significativa para os alunos e avanços culturais, sociais, econômicos, organizacionais e tecnológicos para os beneficiados por essas ações. É assim que será respeitada a concepção de ser humano entendida pela Instituição e serão evidenciadas as Marcas Formativas Senac.

Para que a equipe pedagógica possa atuar a partir das ideias e parâmetros aqui delineados, é preciso que docentes, supervisores e gestores se apropriem das contribuições que o Modelo Pedagógico Senac oferece, de modo a torná-lo uma proposta viva, permanentemente posta em prática e revista à luz de sua reflexão e análise dos atores que a efetivam.

Essa iniciativa é fundamental para a criação de articulações, estratégias e produtos que ampliam a troca e cooperação entre todos os Departamentos Regionais, o que permite acompanhar e aprimorar constantemente a proposta.

A experimentação das possibilidades abertas pelo Modelo Pedagógico Senac, a difusão e troca de experiências entre docentes e a reflexão sobre os princípios, as Marcas Formativas, o modelo curricular e a sistemática de avaliação é o que alimenta e promove a melhoria contínua da qualidade da educação profissional desenvolvida pela Instituição, reafirmando o compromisso do Senac com a educação profissional de excelência.

Referências

ADÃO, Nilton Manoel Lacerda; RENGEL, Denise Maria. Competências para uma aprendizagem significativa: reflexões no contexto da educação profissional. **E-Tech: tecnologias para competitividade industrial**, Florianópolis, p. 1-20, 2013. Número especial. Disponível em: <<http://revista.ctai.senai.br/index.php/edicao01/article/viewFile/274/271>>. Acesso em: 24 out. 2013.

ALENCAR, Vagner de. Aluno deve decidir sobre seu processo educativo. **Porvir: o futuro se aprende**, 26 nov. 2012. Disponível em: <<http://porvir.org/porpessoas/aluno-deve-decidir-sobre-seu-processo-educativo/20121126>>. Acesso em: 24 out. 2013.

BEHAR, Patricia Alejandra; PASSERINO, Liliana; BERNARDI, Maira. Modelos pedagógicos para educação a distância: pressupostos teóricos para a construção de objetos de aprendizagem. **Novas Tecnologias na Educação**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 4-11, dez. 2007. Disponível em: <<http://www.cinted.ufrgs.br/ciclo10/artigos/4bPatricia.pdf>>. Acesso em: 7 dez. 2015.

BOPPRÊ, Vinicius. O aluno precisa ser um detetive das informações. **Porvir: o futuro se aprende**, 30 nov. 2012. Disponível em: <<http://porvir.org/porpensar/o-aluno-precisa-ser-um-detetive-das-informacoes/20121130>>. Acesso em: 24 out. 2013.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000. Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 dez. 2000.

BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes [...]. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 set. 2008.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Portaria nº 723, de 23 de abril de 2012. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 abr. 2012.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Portaria nº 1.005, de 1 de julho de 2013. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2 jul. 2013.

COLS, Susana Avolio de; IACOLUTTI, María Dolores. La evaluación en el marco de la formación profesional. In: COLS, Susana Avolio de; IACOLUTTI, María Dolores. **Competencia laboral**. Montevideo: Cinterfor, [20--]. cap. 6, p. 99-123. Disponível em: <<http://www.oitcinterfor.org/sites/default/files/cap6.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2013.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (Brasil). Câmara de Educação Básica. Parecer CNE/CEB nº 11/2012, aprovado em 9 de maio de 2012. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 4 set. 2012. Seção 1, p. 98.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (Brasil). Câmara de Educação Básica. Resolução nº 6, de 20 de setembro de 2012. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 set. 2012. Seção 1, p. 22.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (Brasil). Câmara de Educação Superior. Parecer CNE/CES nº 583/2001, aprovado em 4 de abril de 2001. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 29 out. 2001.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (Brasil). Câmara de Educação Superior. Parecer CNE/CES nº 67/2003, aprovado em 11 de março de 2003. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2 jun. 2003.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (Brasil). Conselho Pleno. Parecer CNE/CP nº 29/2002, aprovado em 3 de dezembro de 2002. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 dez. 2002.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (Brasil). Conselho Pleno. Resolução CNE/CP nº 3, de 18 de dezembro de 2002. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 2002. Seção 1, p. 162.

DELUIZ, Neise. O modelo das competências profissionais no mundo do trabalho e na educação: implicações para o currículo. **Boletim Técnico do Senac**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 3, p. 12-25, set./dez. 2001.

DEMO, Pedro. Aprender: o desafio reconstrutivo. **Boletim Técnico do Senac**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, p. 29-38, set./dez. 1998. Disponível em: <9<http://www.senac.br/BTS/243/boltec243c.htm>. Acesso em: 24 out. 2013.

DEPRESBITERIS, Léa. Avaliação da aprendizagem do ponto de vista técnico-científico e filosófico-político. **Idéias**, São Paulo, n. 8, p. 161-172, 1998. Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_08_p161-172_c.pdf>. Acesso em: 24 out. 2013.

DEPRESBITERIS, Léa. Competências na educação profissional: é possível avaliá-las? **Boletim Técnico do Senac**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 2, p. 5-15, maio/ago. 2005.

FUNDACIÓN EDUCACIÓN PARA EL DESARROLLO FAUTAPO. Programa de Educación Superior. **Manual de evaluación**. La Paz, 2010.

KÜLLER, José Antonio; RODRIGO, Natalia de Fátima. **Definição de competência**. 2013. Texto elaborado para o trabalho Novo Modelo Curricular do Senac.

KÜLLER, José Antonio; RODRIGO, Natalia de Fátima. **Metodologia de desenvolvimento de competências**. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2013.

MENEZES, Luiz Carlos de. As competências no projeto educativo, nos programas e nas práticas escolares. **E-Tech**: tecnologias para competitividade industrial, Florianópolis, p. 59-68, 2013. Número especial. Disponível em: <<http://revista.ctai.senai.br/index.php/edicao01/article/viewFile/314/275>>. Acesso em: 24 out. 2013.

PERRENOUD, Philippe. O pensador de ciclos. [Portal] **Educacional**, [2008?]. Disponível em: <<http://www.educacional.com.br/entrevistas/entrevista0108.asp>>. Acesso em: 24 out. 2013.

PRADO JÚNIOR. C. **Dialética do conhecimento**. São Paulo: Brasiliense, 1969.

PREVENDO o futuro da educação e da tecnologia. **Porvir**: o futuro se aprende, 2 jan. 2013. Disponível em: <<http://porvir.org/porpensar/prevendo-futuro-da-educacao-da-tecnologia/20130102>>. Acesso em: 24 out. 2013.

SENAC. DN. **Avaliação de competências para fins de aproveitamento de estudos e certificação**. Rio de Janeiro, 2008. (Documentos técnicos).

SENAC. DN. **Educação flexível**: cenário e perspectivas. Rio de Janeiro, 2008. (Documentos técnicos).

SENAC. DN. **Educação profissional técnica de nível médio**: cenário e perspectivas. Rio de Janeiro, 2007. (Documentos técnicos).

SENAC. DN. **Formação inicial e continuada de trabalhadores no Comércio de Bens, Serviços e Turismo**. 2. tir. Rio de Janeiro, 2006. (Documentos técnicos).

SENAC. DN. **Itinerários formativos**: metodologia de construção. 2. tir. Rio de Janeiro, 2005. (Documentos técnicos).

SENAC. DN. **Programa de aprendizagem comercial**: referenciais para a ação Senac. 2. ed. Rio de Janeiro, 2008. (Documentos técnicos).

SENAC. DN. **Referenciais para a educação profissional do Senac**. Rio de Janeiro, 2002.

TRINDADE, Rui. Competências e educação: contributo para uma reflexão de carácter pedagógico. **Boletim Técnico do Senac**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 1, p. 55-71, jan./abr. 2013. Disponível em: <http://www.senac.br/media/30699/bts_intra_3b.pdf>. Acesso em: 24 out. 2013.

VARELA, Hélder Alexandre Flores; MOTA, Carlos Alberto Magalhães Gomes. Falar de modelos em educação: procurando clarificar conceitos. **Saberes Interdisciplinares**, São João Del-Rei, ano 4, n. 8, jul./dez. 2011. Disponível em: <http://www.iptan.edu.br/publicacoes/saberes_interdisciplinares/pdf/revista08/ARTIGO_FALAR_DE_MODELOS_EM_EDUCACAO.pdf>. Acesso em: 7 dez. 2015.

